

**Direitos e reflexões dos burros:
a alegoria da liberdade em duas crônicas de Machado de Assis**

Elisangela Aparecida Lopes¹

RESUMO: Este artigo trata das questões relativas à liberdade dos escravos trazidas à baila por Machado de Assis, nas crônicas alegóricas de 16/10/1892 e 10/06/1894, publicadas no final do século XIX, no jornal *Gazeta de Notícias*.

PALAVRAS-CHAVES: Crônica machadiana; Alegoria; Liberdade dos cativos.

Este artigo tem como objetivo apresentar um breve estudo de duas crônicas machadianas publicadas na coluna “A Semana”, do jornal *Gazeta de Notícias*, em 16/10/1892 e 10/06/1894. Neste texto da última década do século XIX, Machado de Assis nos apresenta uma fábula na qual o escritor vela, desvela, revela reflexões acerca da liberdade dos escravos.

Gênero híbrido, situado entre o jornalismo e a literatura, a crônica se caracteriza por apresentar uma linguagem por vezes coloquial, numa tentativa de aproximação com o leitor; por ater-se aos fatos cotidianos, “a vida ao rés do chão” – nos dizeres de Antonio Cândido –, através do humor e da leveza.

Historicamente, a crônica é marcada por tomar fatos sociais, políticos, culturais, que circundam a vida do cronista. Seu espaço de publicação, de início, era o rodapé do jornal. Lá publicavam-se os assuntos que, mesmo podendo ser considerados graves, eram tratados de forma amena ou inusitada. Posteriormente, a ela foi agregada à descrição psicológica dos fatos e dos personagens, o que aproximava a crônica ainda mais do fazer literário. Conforme é sabido, crônica vem de *Chronos*, deus do tempo. Segundo nos alerta Arrigucci Jr., ela se liga ao resgate da memória, ao “registro da vida escoada” (1985, p. 43). Sendo assim, pode ser entendida como instrumento que nos proporciona revisitar o passado ou contemplar o

¹ Mestre em Teoria da Literatura e Graduada em Letras pela Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais – FALE/UFMG. Professora do CEFET-MG.

presente em seus modos, costumes, trâmites políticos e sociais. Para este crítico, a crônica pode ser encarada como “documento de toda uma época”, “testemunho de uma vida”, “meio de se inscrever a História no texto” (1985, p. 43). Por esses motivos, as crônicas machadianas se configuram como um importante instrumento capaz de representar uma visão crítica do escritor a respeito dos fatos históricos do final do século XIX.

O pensar sobre este fazer jornalístico-literário ocupou a mente do jovem Machado de Assis. Para uma breve teorização da crônica à Machado, serão apresentadas algumas de suas crônicas que considero metalinguísticas, com o objetivo de se apreender como ele via e entendia esse gênero literário. Em “O folhetinista”, de 30/10/1859, preocupado com os rumos que a crônica brasileira havia adotado, no sentido de se distanciar da realidade nacional para apenas destacar o que acontecia na Europa, ele oferece um conceito ao gênero, a fim de aclimatá-lo em termos brasileiros: “o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 959). Da forma como Machado define a crônica, esta apresenta uma variedade temática que a caracteriza enquanto gênero híbrido, localizado entre a literatura e o jornalismo. Nos dizeres de Arrigucci Jr., a crônica se apresenta como a “arte da desconversa: refinada, alusiva, muitas vezes maldosa e sempre irresistível” (1985, p. 48).

O colibri – metáfora utilizada por Machado de Assis para designar o folhetinista – é aquele pássaro que irá passear entre as diversas flores, a fim de tirar-lhes a sua seiva. Sendo assim, o cronista é aquele que vai gozar da liberdade de passear em seu texto por assuntos diversos. Em crônica de 04/08/1878, na qual encontram-se presentes as designações do trabalho do cronista, o escritor nos alerta que para exercer tal ofício é preciso primeiro ter ideias, expô-las com acerto, vesti-las e depois apresentá-las ao público leitor. Segundo ele, na crônica cabe um pouco de tudo: “tons mais carrancudos”, “moral doméstica”, “solturas da rua do Ouvidor” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 395).

Em outro texto de 23/10/1859, denominado “A reforma pelo jornal”, Machado irá atribuir ao incipiente jornalismo brasileiro uma função revolucionária². Neste texto, a palavra imprensa é responsável por promover a discussão, ela é também “a sentença de morte de todo

² Para outras informações sobre a reflexão machadiana a respeito das funções creditadas à prática jornalística no Brasil ver SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. *Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes*, 2005.

o *statu quo*, de todos os falsos princípios dominantes” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 964). Em texto de 04/08/1878, a presença da opinião do escritor no texto jornalístico é defendida por Machado quando ele afirma que o ofício do cronista é espreitar os fatos e tomar partido deles, conforme o seu humor ou sua opinião.

Se a crônica nunca é o prato principal, se não passa de ‘sobremesa’, “uma coisa leve, para adoçar a boca e rebater o jantar” (MACHADO DE ASSIS, 1970, p. 80); se é a fusão do “útil e do “fútil” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 959); se o cronista é o “confeiteiro literário” (MACHADO DE ASSIS, 1970, p. 80), e ao mesmo tempo o “colibri” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 959); assim como descreve os cronistas como “beneditinos da história mínima e cavoqueiros da expressão oportuna” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 394), não seria a crônica machadiana uma contação de histórias cujo objetivo é informar e entreter?

Não me parece tão adocicada assim a crônica de 16/10/1892, na qual o tema da escravidão e da abolição estão presentes. O humor, a ironia e o tom impresso ao texto relativizam a crítica feita pelo escritor naquela página de jornal, ao promoverem o disfarce daquilo que é “sério”, dando ao texto ares de “frívolo”.

Na crônica de “A Semana” (16/10/1892), temos um narrador que presencia um diálogo entre dois burros encarregados de puxar os bondes comuns que estão sendo substituídos pelos elétricos. Eles discutem sobre a liberdade que a adoção do novo meio de transporte poderia lhes proporcionar. Enquanto construção alegórica, o texto pode ser lido enquanto reflexão acerca da liberdade que, há pouco, havia sido proporcionada aos escravos.

O narrador inicia o texto justificando o seu silêncio de uma semana a respeito da inauguração dos bondes elétricos na cidade. Afirma que não havia tido, ainda, curiosidade de vê-los e, portanto, não poderia deles falar. Certo dia, estando em um bonde comum, viu passar ao seu lado um elétrico e alguns fatos chamaram a sua atenção. Primeiro, a forma como o cocheiro o manipulava, sentia-se superior por estar à frente da máquina indicativa do progresso. O narrador ficou a ver o bonde passar, este se foi, mas não saiu de sua memória. De repente, viu-se quase sozinho, e enquanto os dois acompanhantes dormiam, ele pensava. A memória do bonde elétrico que há pouco passara, somada às suas próprias reflexões, indicam que nas passagens que se seguem, há sim, nas entrelinhas, uma voz narrativa que se faz crítica e sagaz.

Na quase solidão do bonde, o narrador passa a ouvir o diálogo que se estabelece entre os dois burros condutores daquele meio de transporte. Ele só consegue compreender o diálogo porque afirma conhecer a língua dos *Houyhnhnms*. Em nota, Gledson nos esclarece o sentido do termo ao afirmar que este designaria “os cavalos sábio das *Viagens de Gulliver*, de Swift” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 135). Sendo assim, nessa narrativa, cavalos e burros falam a mesma língua, o que possibilitou ao narrador auscultar o diálogo.

A partir desse momento da crônica, os burros travam um diálogo sobre a liberdade, seu significado e suas implicações. Os dois personagens, denominados burro da esquerda e burro da direita, devido à posição em que estes se encontravam em relação ao narrador, passageiro do bonde, travam uma conversa enigmática.

O diálogo se inicia pela felicitação do burro da esquerda com a chegada da tração elétrica à cidade e com a possibilidade de que esta seja estendida a todos os bondes e por concluir: “estamos livres, parece claro”. A que responde o da direita: “Claro parece, mas entre parecer e ser a diferença é grande” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 136). A voz do burro da direita é representante de uma visão crítica, até mesmo cética, em relação à possível liberdade que seus irmãos poderiam gozar a partir da instalação dos bondes elétricos. Já o burro da esquerda adota um posicionamento discursivo baseado nas aparências dos fatos, através da relação direta entre causa e consequência, enquanto o da direita deseja provocar reflexões mais profundas.

Para tanto, parte da própria experiência para concluir que receber pancada sempre foi e continuará sendo o destino dos burros e declara: “Quem nos poupa no dia, vinga-se no dia seguinte” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 136).³ Os comentários feitos pelo personagem não são apreendidos pelo burro da esquerda, incapaz de analisar profundamente os fatos. Depois de ouvir as reflexões do colega, o burro da esquerda indaga o que isto teria a ver com a questão da liberdade. Neste momento, o diálogo é interrompido pelos golpes de chicote deferidos pelo cocheiro no lombo dos dois animais: uma efetivação concreta do que, até então, eram só reflexões e suposições do burro da direita.

³ Faz-se importante aqui fazermos uma associação entre a passagem destacada e a crônica de 19 de maio de 1888, publicada em “Bons Dias!”. O personagem Pancrácio é agraciado pelo seu senhor com a sua carta de alforria, no dia 07 de maio de 1888, e no dia seguinte continuava a receber deste o mesmo tratamento: pancadas, patelecos, pontapés, puxão de orelhas etc. Agraciado com a liberdade naquela data, no dia seguinte, ele continua a ser escravo, apesar de liberto.

Ele dá prosseguimento à conversa e afirma que, tempos atrás, quando os burros entraram na cidade, era proibido chicoteá-los. Diante do fato, os cocheiros reclamavam, pois não poderiam fazer os burros trabalharem sem que pancadas fossem dadas neles. E lembra que até mesmo o burro magro, debilitado, após apanhar pancada, puxava o bonde.

Nesta narrativa da história dos burros, situados na capital do país, o personagem relembra uma ordem que havia sido enviada aos responsáveis pela gerência dos animais de tração: “engorde os burros, dê-lhes de comer, muito capim, muito feno, traga-os fartos, para que eles se afeiçoem ao serviço; oportunamente mudaremos de política, *all right!*” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 136). A ordem, então, era fazê-los fortes, dar a eles comida, para que assim o trabalho fosse garantido; presos aos seus donos, os burros não queriam fugir. As próximas passagens do diálogo entre os dois burros são de extrema importância para se entender o caráter alegórico do texto machadiano. Passemos à citação que se inicia com a fala do burro da direita:

- O bonde elétrico apenas nos fará mudar de senhor.
- De que modo?
- Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.
- Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! Mas onde está a justiça deste mundo?
- Passaremos às carroças – continuou o outro pacificamente – onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que lhe custou. Um dia a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...

(MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 136-7)

O resumo da referida crônica feito até aqui somado à citação acima já nos permite desvendar o que se encontra por detrás da narrativa aparente e elucidarmos a alegoria machadiana. Para se revelar os meandros do texto narrativo, faz-se preciso, mais uma vez, assim como o fez o escritor, “catar o mínimo e o escondido” do texto. Assim, passaremos à análise dos termos da crônica que nos permite tecer a relação entre a história fantástica e a realidade do final do século XIX.

O burro da esquerda parece não entender as relações de causa e consequência presentes na fala do colega, enquanto acredita que a chegada dos bondes elétricos irá proporcionar a ele e aos demais burros a liberdade. Já o burro da direita retoma o diálogo, afirmando que a mudança do sistema de transporte apenas os fará “mudar de senhor”. O

indício textual mais evidente, até este momento da narrativa, da aproximação entre o discurso dos burros, enquanto alegoria da reflexão dos libertos, encontra-se na primeira fala que inicia a passagem citada. A utilização da palavra “senhor”, pelo animal, ao se referir aos seus donos, aponta uma escolha vocabular feita a dedo pelo escritor carioca.

Outro elemento textual também deve ser destacado. A fala do personagem revela a condição por ele ocupada no sistema de transporte: “nós somos bens da companhia”. Desta forma, poderiam ser repassados a outros donos e destinados a outros trabalhos, como, por exemplo, puxar carroça. Assim também eram considerados os escravos: bens semoventes a serem transferidos por espólio, doação, compra e venda.

Na sequência do diálogo, o burro clama pela burra de Balaão – personagem bíblica dotada de uma capacidade visionária – a fim de que alguma saída possa ser vislumbrada diante daquela situação que está sendo exposta pelo seu amigo-irmão.

O burro, enquanto personagem de uma história, também aparece em outra crônica machadiana, publicada em 10/06/1894. Em ambas, os personagens fazem a mesma reivindicação: o direito à liberdade. Nesta crônica, o narrador se depara com um burro, atracado em seu jardim, e a quem chama Lucius de Tessália. O burro, leitor de jornais ingleses, faz-se um exímio orador e solicita ao cronista que interceda pela sua “classe” junto à imprensa fluminense. Indignado com as penalidades legais aplicadas aos homens ingleses que tratavam mal os seus animais de tração, o burro reflete sobre a diferença, perante os olhos da justiça, entre ricos e pobres: “–Um tal John Fearon Bell, convencido de maltratar quatro potros, não lhes dando suficiente comida e bebida, do que resultou morrer um e ficarem três em mísero estado, foi condenado a cinco libras de multa; ao lado desse vinha o caso de Fuão Thompson, que foi encontrado a dormir em um celeiro e condenado a um mês de cadeia” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 612). Desejando ser reconhecido enquanto sujeito, o burro espera que a justiça dos homens não mais se utilize de dois pesos e duas medidas para condenar os infratores da lei dos homens e da lei dos burros. A fim de convencer o narrador-cronista a interceder pelos burros junto à imprensa local, o animal faz uso da teoria da evolução das espécies para reclamar o seu parentesco com a raça humana. O burro poliglota é dotado ainda de uma veia poética, já que é dado a fazer versos que saem sem muito esforço de sua parte: “ – (...) às vezes saem-me rimas da boca, e podia achar editor para elas, se quisesse;

mas não tenho ambições literárias” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 611). As ambições do nosso personagem são mais concretas, ou melhor, políticas. Na sequência da narrativa, nota-se uma passagem que salta aos olhos devido à maestria da construção discursiva de Machado de Assis e a sua capacidade de dizer o dito pelo não dito. Da mesma forma como ocorre na crônica anterior de 1892, nesta, alguns indícios textuais permitem-nos afirmar que os burros, nestes dois textos, podem ser entendidos enquanto alegorias do escravo e do liberto. Vejamos a passagem:

– Ainda uma vez, respeitável senhor, cuide um pouco de nós. Foram os homens que descobriram que nós éramos seus tios, senão diretos, por afinidade. Pois, meu caro sobrinho, é tempo de reconstituir a família. Não nos abandone, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso *Treze de Maio*. Lincoln dos teus maiores, segundo o evangelho de Darwin, expede a proclamação de nossa liberdade! (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 612-3), (grifo do autor).

O burro, no afã do seu desejo de libertar-se do sistema que o oprime e o trata como ser irracional, vê a imprensa como mecanismo de denúncia capaz de amenizar os maus tratos que recebe de seu dono, desejando estender tal benefício a todos os seus irmãos. O narrador-cronista, enquanto homem de imprensa, é visto como o Lincoln brasileiro, devido a sua capacidade de, através da escrita, interceder pelos “seus sobrinhos”. A aproximação entre os burros e os escravos é notória nesta passagem em destaque. Aqueles eram parceiros destes, já que ambos serviam ao sistema de produção escravista enquanto mão de obra. Ambos eram considerados seres não dotados de inteligência, além de serem destinados ao trabalho pesado capaz de mover a economia agrária brasileira. Àquela altura da narrativa, a liberdade dos cativos já havia sido proclamada, e enquanto parceiros de um mesmo sistema, o burro aguardava o “*Treze de Maio*” destinado a sua espécie. A fim de ajudar o burro em seu intento reivindicatório, o narrador-cronista orienta o animal a procurar a *Gazeta*, jornal onde saíam os seus textos, e no qual Machado de Assis publicou por quase 15 anos.

O burro, enquanto pensador do sistema político e social em que vive, encontra uma saída que julga eficaz para diminuir o tratamento desumano que é dispensado a ele e a seus irmãos de sangue: “– (...) não exijo cadeia para os nossos opressores, mas uma pequena multa e custas, creio que serão eficazes. O burro ama só a pele; o homem ama a pele e a bolsa. Dê-lhe na bolsa, talvez a nossa pele padeça menos” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 612). Na crônica de 16/10/1892, temos a passagem em que o burro da direita completa que a liberdade

advinda da inutilidade do animal, diante da chegada do progresso, não lhes garantiria um tratamento diferenciado: “não que nos falte pancadas, mas o dono de um só burro sabe o que lhe custou” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 137).

A comparação entre estes dois excertos das respectivas crônicas e o conto “Pai contra mãe” dá-se de imediato, já que nele o narrador, enquanto rememora a escravidão, comenta os açoites destinados aos negros, em uma passagem, também ela, recheada de um tom sarcástico capaz de revelar os princípios que fundamentavam a lógica escravocrata:

há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e mesmo o dono não era mau; além disso, *o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói* (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 659), (grifo meu).

Tanto a crônica, quanto o conto, revelam o lado prático da ordem escravista: a inutilização de um escravo equivalia à inutilização de um bem. Sendo assim, tanto pagar pelas sovas dadas aos burros, quanto ter um cativo impossibilitado de exercer o trabalho são prejuízos que vão de encontro à lógica comercial.

Faz-se necessário destacar, apesar de evidente, que a aproximação entre o burro e o escravo, nas duas crônicas, não está calcada em um tom pejorativo capaz de desvalorizar o negro, ao contrário do que ocorria no senso comum, nos discursos favoráveis à escravidão e na literatura de tese, produzida à época. Ao aproximar o burro e o escravo, Machado de Assis reveste aquele de aspectos positivos: o domínio da linguagem, a capacidade de análise, a reflexão social e política, o dom da oratória, a sabedoria. Ao construir a alegoria dos escravos na figura dos burros, o escritor proporciona que o sistema escravocrata seja desvelado pela voz do cativo. Em uma crônica em versos, publicada na *Gazeta de Hollanda*, ao personagem, Pai Silvério, é dada a possibilidade de examinar as discussões abolicionistas, e, desta forma, a instituição escravista é analisada sob o ponto de vista do escravizado. Nestes momentos, o escritor Machado de Assis parece seguir a constatação a que chegara, em texto de 1876: “a verdade fala pela boca dos pequeninos” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 349).

A crônica de 16/10/1892 apresenta uma reflexão dos burros acerca das possibilidades de gozarem da liberdade. Do mesmo modo como já ocorrera em no texto de 1894, naquela crônica alguns indícios textuais apontam para uma construção alegórica que toma os animais

de tração enquanto representação dos libertos. Sendo assim, é possível entendê-la como uma reflexão dos ex-escravos, acerca da liberdade que lhes havia sido dada, há cinco anos.

Assim como há na crônica uma reflexão entre o ser e o parecer, os escravos, livres após 13 de maio de 1888, foram considerados libertos. Mas havia uma grande diferença entre *estar* livre e *ser* livre. Ianni, em seu livro *Metamorfose do escravo*, analisou, por um viés sociológico, a transformação do cativo em negro liberto e a difícil aquisição da condição de homem livre, na cidade de Curitiba. Ao analisar esse processo de transformação das condições sociais, políticas e econômicas do negro, ele ressalta o fato do escravo ser visto pelo senhor como mero instrumento de trabalho, o que lhe conferia um caráter não humano.

O negro e o mulato livres também são vistos como pertencentes a um grupo outro que se encontra diametralmente oposto ao do senhor. Libertos, os negros ainda são vistos como pertencentes a uma casta inferior, o que os impossibilita certa ascensão social. A cor da pele, segundo Ianni, configura-se como uma marca que o liberto “transportará consigo do interior da escravidão, como símbolo desta” (1988, p. 153). Assim, iniciar-se-ia a metamorfose do escravo em negro, quando este, ainda durante a escravidão, recebia a liberdade. Já a metamorfose do negro, ex-cativo, em homem livre, dependia da condição de cidadania que, por sua vez, requeria atributos psicossociais e culturais aos quais o liberto não tinha acesso.

De acordo com Ianni (1988), com a transformação das estruturas econômicas, promovida pela Abolição, os brancos transportaram consigo valores, padrões, técnicas de controle de comportamento próprios do período escravocrata, e assim tinha-se preservada a identificação do negro ou mulato como integrante de uma casta inferior. Os negros também levaram consigo seus valores, crenças, sua cor como símbolo do cativo, assim como a idéia do branco como ser superior. Nesse movimento de transformação, o passado, mais do que nunca, se faz presente, a fim de definir na hierarquia social quem é quem. Ao analisar o processo histórico da abolição à liberdade, Ianni conclui:

Assim, o que era escravo se vai transformando socialmente em negro, que permanece à parte, impossibilitado de penetrar, em igualdade de condições, nos círculos de convivência social dominados. E os próprios mulatos não escapam a essa definição social, produtos espúrios, bastardos, que são de uma sociedade dividida em categorias assimétricas (1988, p. 153).

Os libertos, assim como os burros da crônica machadiana, continuariam ligados à sua condição anterior, que os tinha como seres inferiores, incapazes. Enquanto movimento

político protagonizado por cidadãos livres, brancos, mulatos e mestiços, a Abolição objetivava aparentemente a transformação do escravo em cidadão, mas acabou se configurando como a substituição de um sistema por outro, que, por sua vez, encontrava-se marcado por resquícios ideológicos, que do primeiro foram trazidos ao segundo. Conforme ressalta o personagem da crônica, a mudança do transporte de tração para o elétrico só faria com que os burros mudassem de donos, assim como a mudança do regime escravocrata para o assalariado transferiu a mão de obra escrava das mãos dos senhores para a mão dos patrões.

O burro da esquerda, ao se deparar com a análise do da direita, questiona se eles, uma vez dispensados, vendidos a outro senhor, não receberiam nenhuma forma de indenização pelo trabalho gratuito, exercido durante anos. A alegoria parece indicar que a liberdade concedida era, em si mesma, o único prêmio dado aos cativos. Há aqui uma provocação significativa. Durante o movimento abolicionista, uma das preocupações era se os senhores de escravos seriam ou não indenizados, quando fosse proclamada a abolição. Lida enquanto construção alegórica, nesta passagem, Machado coloca na voz do personagem, como manifestação de justiça, a indenização dos ex-escravos pelo senhor, devido ao trabalho exercido durante a escravidão.

Na reflexão do burro da direita, já citada, há ainda um outro comentário digno de análise. Ele afirma que a liberdade só virá quando estiverem impossibilitados do trabalho, pela velhice, pela doença, ou seja, quando forem considerados incapazes, inúteis; enquanto isso, estarão, certamente, presos a alguma outra forma de cativeiro. Ele pondera que, “livres”, passarão a viver nas ruas, sem trabalho, sem função. A liberdade de transitar pelas ruas parece não ter grande valor diante da impossibilidade de ganhar o próprio pão através do trabalho: “Mas que valem duas dentadas de erva, que nem sempre é viçosa?” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 137). Para o personagem, a verdadeira liberdade só virá com a morte e, para fazer tal afirmativa, faz uso de “uma metáfora humana”: esticar a canela. Sob sua ótica, eles só poderão gozar de uma liberdade: “a liberdade de apodrecer” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 137)

Ainda tecendo a analogia com os negros libertos, podemos perceber que a intenção do escritor é apontar que, somente com a morte, o liberto se desvencilhará das amarras sociais que o prendem a condição de ex-escravo, visto, ainda, como pertencente a uma casta inferior,

como instrumento de trabalho, não dotado de inteligência, ser inumano. Preceitos estes responsáveis pela manutenção da instituição escravocrata no país, oriundos de uma mentalidade senhorial que tinha o escravo como ser incapaz de gerir a si mesmo e que permanecerá mesmo após a abolição.

O burro da direita depois de trazer à tona suas reflexões acerca do que seja a liberdade, afirma que a verdadeira só virá com a morte, quando terão a “liberdade de apodrecer”. O diálogo é interrompido pelo freio do condutor, quando o personagem parecia iniciar um comentário a respeito da filosofia (de dominação?) de cada século. O freio cala a voz do burro e o silêncio deste permite o reaparecimento do narrador. Este se aproxima dos animais e profere: “- *Houyhnhnms!*”, ou seja, sábios cavalos! Esses animais, então, ao contrário do senso comum que os via apenas como descendentes de uma casta inferior, não dotados de inteligência, são designados por Machado como sábios, capazes que são de trazer à luz os fatos mais recônditos e de ver para além das aparências.

Faz-se importante ressaltar que, na sociedade escravista brasileira, era comum que os escravos fossem associados aos animais, posto que eram tidos como inferiores, incapazes, dotados de pouca (ou nenhuma) inteligência. Outro item indicativo dessa associação nos é apresentado por Chalhoub, ao mencionar que nos inventários *post-mortem* os escravos apareciam junto aos animais, às mobílias e às terras do morto, enquanto bens semoventes do senhor/proprietário. Além disso, conforme alerta o historiador: “nos discursos de denúncia contra a escravidão, era comum que os críticos do regime acentuassem seus horrores traçando paralelos entre a condição dos escravos e a dos animais ‘irracionais’ à sua volta” (CHALHOUB, 2003, p. 32).

A crônica, de 16/10/1892, através do recurso da alegoria, permite ao leitor estabelecer elos entre o texto ficcional e o contexto histórico-social ao qual se liga. É importante ressaltar, apesar de haver um elemento elucidativo na própria crônica, que mesmo ao tecer uma narrativa cujos personagens são representados pelo animal burro, tido historicamente como animal de carga, não dotado de inteligência, o escritor não se filia ao discurso hegemônico que tinha os negros como seres inferiores. Os burros do texto são providos da língua dos *Houyhnhnms*. Além disso, estes personagens são dotados de certa capacidade filosófica, o que pode ser comprovado nas passagens: “a nossa raça é essencialmente filosófica, a filosofia é

nossa! Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras” (MACHADO DE ASSIS, 1996, p. 137).

Nicolau Sevcenko, em sua apresentação ao livro de Gledson, *Machado de Assis: ficção e história*, após apresentar sucintamente o enredo da referida crônica, faz a seguinte afirmação:

nem a melhor historiografia pôs a questão da Abolição, do destino dos seres humanos egressos da condição servil, dos paradoxos da imigração, da modernização artificiosa e da exclusão social em termos tão dolorosamente crus quanto essa crônica perdida numa página de jornal. (SEVCENKO, 2003, 18).

Na referida crônica, a visão cética do escritor dá a tônica do texto: os escravos, mesmo livres, sem trabalho, estariam entregues ao ócio e à miséria, como apontara Faoro que, ao desvendar o pensamento machadiano, afirmou: “Livre o escravo, estará na rua, sem emprego, ou receberá do senhor a esmola do salário em troca de igual trabalho, com as antigas pancadas e injúrias” (FAORO, 1988, p. 327).

O olhar à frente do seu tempo permitiu a Machado de Assis vislumbrar o processo de liberdade dos negros de forma crítica, lançando luz sobre um futuro pouco promissor a que estes estariam destinados. Porém, nada disso é feito de forma panfletária; ao contrário, desvendar as intenções do escritor por detrás do narrador torna-se uma tarefa árdua, que requer escolher passagens e interpretá-las com um olhar desconfiado, a fim de trazer à tona o que, por hora, não se encontrava na superfície do texto.

As duas crônicas mencionadas, a de 16/10/1892 e a de 10/06/1894, foram publicadas no mesmo periódico, *Gazeta de Notícias*, e têm em comum o fato de burros cativos se proporem a discutir a liberdade que faltava a eles. O mesmo ocorre, de forma velada, em outras passagens da obra de Machado de Assis, nas quais o personagem escravo, mesmo enquanto secundário para o desenvolvimento da narrativa, conforme apontam alguns críticos, faz-se, pelo viés da linguagem, ou pelas ações realizadas, um sujeito capaz de revelar os fundamentos da escravidão, algumas vezes, questionando-os. Em outros momentos, quando representa o escravo cuja mentalidade foi moldada pela ordem vigente, é pela voz do narrador irônico que as verdades são reveladas e as críticas, feitas.

Em ambos os textos, os primeiros momentos em que o narrador se depara com os burros falantes é marcado por um tom galhofeiro, de descrença. No texto de 1894, às

reflexões do burro visitante do jardim do narrador-cronista é dado um certo tom humorístico, o que confere ao texto um ar de brincadeira e galhofa por parte do escritor. No de 1892, a conversa entre os dois animais de tração chama a atenção do narrador, enquanto este pensava a respeito da chegada da modernidade, representada pelos bondes elétricos. Em ambas as crônicas, a construção alegórica disfarçada de fábula permite ao escritor manter sob um véu um assunto caro à época: o destino dos libertos. Os disfarces do Bruxo do Cosme Velho são muitos e só podem ser desvendados pelas marcas textuais. Enquanto os burros esperam o *Treze de Maio*, o escritor carioca detém-se a refletir, de forma velada, sob o *day after* da escravidão brasileira, fazendo uso da literatura como meio capaz de ser marcado pela arte e pela realidade, instrumento capaz de velar e desvelar as marcas históricas do momento vivido.

Referências Bibliográficas:

ARRIGUCCI JR., Davi. “Fragmentos sobre a crônica” In Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas Públicas, vol. 46 (n.1/4), jan./dez. 1985.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In _____ et. al. Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Função Casa de Rui Barbosa, 1992.p.13-22.

FAORO, Raimundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

IANNI, Octávio. Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

MACHADO DE ASSIS, J. M. A reforma pelo jornal. O Espelho, Rio de Janeiro, 23 out. 1859. In COUTINHO, Afrânio (Org.). Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. III. p.963-965.

_____. Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, 1º out. 1876. “História de Quinze Dias”. In In COUTINHO, Afrânio (Org.). Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. III, p. 349-352.

_____. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 14 jul. 1878. “Notas Semanais”. In Obras completas de Machado de Assis. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: W.M.Jackson Inc. v.III, 1970. p. 78-90.

_____. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 04 ago. 1878. “Notas Semanais”. In COUTINHO, Afrânio (Org.). Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. III, p. 394-398.

_____. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 mai. 1888. “Bons Dias!”. In GLEDSON, John (Org.). Bons Dias!: crônicas (1888-1889). São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1990. p. 62-64.

_____. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 16 out. 1892. “A Semana!”. In GLEDSON, John (Org.). A Semana: crônicas (1892-1893). São Paulo: Hucitec, 1996. p. 135-138.

_____. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10 jun. 1894. “A Semana!”. In COUTINHO, Afrânio (Org.). Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. III, p. 610-613.

_____. “Pai contra mãe”. Relíquias de Casa Velha (1906). In Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. v. II., p. 659-667.

SEVCENKO, Nicolau. A ficção capciosa e a história traída. In GLEDSON, John. Machado de Assis: ficção e história. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ABSTRACT: This article deals with issues relating to freedom of slaves moot by Machado de Assis, in the allegorical chronicles of 16/10/1892 and 10/06/1894, published in the late nineteenth century, the newspaper Gazeta de Notícias.

KEY-WORDS: Machado de Assis’ chronic; Allegory; Freedom of slaves.